

## BRASIL

### Imprensa celebra 20 anos da lei antitabagismo e denuncia lobby da indústria do tabaco

Os vinte anos da lei 9.294/96, pioneira em ações anti-tabaco no Brasil, e que incentivou outros países a adotar políticas semelhantes, alçando o Brasil a posição de liderança das políticas antitabaco, foram evocados pelo jornal Folha de São Paulo. A lei que representou um marco no controle do fumo no Brasil, no entanto, vem enfrentando ações pontuais do lobby da economia do tabaco.

A lei de 1996 proibiu fumo em ambientes fechados, com exceção dos fumódromos, e restringiu a propaganda em rádio e TV ao período das 21h às 6h. Em 2000, comerciais do produto em qualquer horário foram vetados. No ano seguinte, a exibição de imagens de advertência nos maços se tornou obrigatória. Posteriormente, o país banuiu totalmente o cigarro de locais públicos.

Como resultado, o número de fumantes caiu -de 35%, em 1989, para 15% em 2013, segundo o IBGE- e o Brasil tornou-se referência internacional no tema. Essas medidas e a redução do tabagismo pavimentaram a ratificação pelo Brasil da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em 2005.

Disputas recentes no Executivo, Congresso e Judiciário, porém, ameaçam agora esse reconhecimento. Uma das propostas que o lobby do fumo combate no Congresso é a da adoção de embalagens padronizadas de produtos de tabaco.

A livre exposição dos maços no comércio é outro item da pauta antifumo em disputa - por enquanto, com vitória da indústria tabagista. A medida é adotada em países como a Noruega.

A medida é defendida pela responsável pelo tratado de controle do fumo no Brasil. "Cigarro não é bala nem chiclete. Tem que ficar sob o balcão", diz Tânia Cavalcante.

Ela também espera a solução de outra disputa com o setor de tabaco: a liberação de cigarros com sabor. Uma resolução da Anvisa chegou a proibir os produtos, sob o argumento de que eles estimulavam a iniciação ao cigarro. Empresas afirmaram, entre outros pontos, que a norma inviabilizaria a produção de qualquer tipo de cigarro.

O Ministério da Saúde diz que acompanha a ação no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre cigarros com sabor, e ressalta que o aumento da tributação do cigarro em 2011 desestimulou o fumo, e afirma que o ministro Ricardo Barros apresentou proposta para os países do Mercosul ratificarem protocolo de combate ao comércio ilegal de tabaco.

A Abifumo (Associação Brasileira da Indústria do Fumo) classificou como inconstitucionais e ineficazes a adoção de maços genéricos, a proibição da exposição dos produtos no comércio e o veto a cigarros sem sabor.

Especificamente em relação às propostas de mudança nas embalagens, diz que a prática favorecerá o contrabando, "gerando perdas para a cadeia produtiva do tabaco, fabricantes,

varejistas, queda na arrecadação de tributos e aumento do desemprego e criminalidade".

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), isso não é verdade. Publicação da entidade sobre o tema cita estudo australiano segundo o qual esta medida foi responsável por reduzir sozinha a prevalência do fumo no país em 0,55 ponto percentual no período de três anos. "Espera-se um aumento nesse efeito ao longo do tempo", diz a organização.

<http://www.otempo.com.br/capa/brasil/lobby-e-a%C3%A7%C3%A3o-judicial-travam-novas-medidas-antifumo-20-anos-ap%C3%B3s-lei-1.1335659>